
Apoio, Compromisso e Reciprocidade na Política

Caroline Mendes dos Santos ¹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo relatar de maneira etnográfica pesquisa de campo que realizei nos dois últimos anos da graduação em ciências sociais, em especial entre os meses de março a maio de 2014. Trata-se de descrever o cotidiano político de um vereador em um município médio do interior de São Paulo. As reflexões e análises deste trabalho decorrem de inspirações de pesquisas realizadas no âmbito do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP)² a partir da década de 1990, além de outros trabalhos em coletâneas (Palmeira e Goldman 1996), livros (Goldman 2006), (Kuschnir 2000a e Villela 2008) e artigo (Palmeira 1992) que não estão vinculados diretamente ao projeto.

Antes do NuAP os trabalhos sobre política produzidas no contexto brasileiro nas décadas de 1950 a 1990 voltaram-se “principalmente para explicar o funcionamento dos partidos políticos e sua adequação aos problemas da representação” (Palmeira e Goldman 1996, p. 6). Eles acabaram por contribuir para consolidação de uma visão internalista desses fenômenos. A concentração em analisar os partidos políticos fez com que os aspectos ligados à dinâmica eleitoral e ao comportamento eleitoral fossem encarados sob o ponto de vista negativo. Isto é, esses aspectos eram

¹ carolinemdossantos@gmail.com; (16) 9-9740-0839 - Universidade Federal de São Carlos
Orientador: Jorge Mattar Villela - Iniciação Científica/Monografia

² Projeto temático vinculado ao Museu Nacional da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e apoiado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) entre 1997 e 2005.

encarados por meio da falta de alguns apriorismos como a racionalidade, a informação, a tradição e a organização partidária e a eficiência governamental etc.

Nesses trabalhos há uma limitação, como fica evidente, ao domínio mais institucionalizado do Estado e partidos políticos, considerando apenas uma perspectiva macroscópica, a qual circunscreve os objetos de análise (partidos, instituições) e os seus pressupostos (racionalidade, ideologia). Os trabalhos antropológicos sobre política apoiam-se em pelo menos três características próprias: ampliação do campo de análise, busca por uma abordagem positiva e reintrodução da dimensão sociológica (Palmeira e Goldman 1996, p. 7). Porém é importante salientar que as análises antropológicas sobre os fenômenos políticos e eleitorais não se reduzem a estudos suplementares ou complementares da filosofia, sociologia ou ciência política.

Em um trabalho um pouco mais recente, Goldman (2006) reafirma essas posições salientando que a abordagem da política a partir do ponto de vista nativo, não pretende ficar aprisionado nas elaborações locais, mas sim de produzir teorias etnográficas que possam ver a política como estando sempre em relação com um contexto maior de experiências vividas pelos agentes. Bezerra (1999), por exemplo, mostrou uma relação política de dimensões nacional (Congresso Nacional) a partir de uma perspectiva local (cidades interioranas). Grosso modo, ele observou que tais relações constituíram-se a partir de recursos de emendas orçamentárias de deputados enviados aos municípios (onde residem suas bases eleitorais). Tais recursos quando investidos nos municípios de sua base eleitoral lhe confere prestígio junto à população. Em muitos casos a dívida que se adquire com o político poderá ser saldada nas eleições, com o voto.

Outro ponto importante levantado por Goldman (2006), É que em muitas vezes partimos de concepções científicas ou filosóficas sobre política que não condizem com aquilo que os agentes nos dizem ou agem. O Estado Moderno, por exemplo, como foi idealizado tem *aversão ao nepotismo*. Nas sociedades “sem Estado” o parentesco e/ou família estão imbricadas à política, pois não há uma separação entre o público do privado. O Estado surge quase que para dar mais imparcialidade àquilo que é para o bem público, separando o público do privado. Observando assim fica mais claro de entender o porquê alguns cientistas sociais caracterizam os Estados, onde as relações familiares, de parentesco e de amizade são relevantes, como incompletas. O que se propõe é observar essa “mistura” sem juízos de valores indo além das concepções de Estado Moderno, na qual aprendemos nas aulas de filosofia política. Podemos por exemplo ver a política como um elemento por meio do qual se faz, *desfaz-se e se mantém família* (Villela 2009).

Desse modo, podemos dizer que a antropologia tem como objetivo utilizar o método etnográfico para dar voz aos atores sociais sobre suas percepções relativas à política. Atribuindo desta forma uma espécie de estatuto teórico ao discurso nativo. A partir dessa concepção, trata-se de compreender de que forma as práticas nativas fazem a democracia representativa funcionar.

Por este motivo neste trabalho tratarei apenas das concepções nativas referentes ao cotidiano parlamentar. Deixando claro que tais resultados ainda estão em fase de análise e por está razão carecem de uma conclusão precisa.

O Campo

Antes de iniciar a discussão apresento brevemente o cenário político da cidade em que faço a pesquisa. Trata-se de um município de médio porte localizado na Região Administrativa Central, a aproximadamente 200 km de distância da capital do Estado de São Paulo. Meus intervenientes de pesquisa são: filiados, dirigentes, cientistas políticos e vereadores do PT. Hoje o PT nessa cidade é a única oposição declarada ao atual governo e conta com três vereadores em sua bancada. Deles, um novato, Renato (todos os nomes apresentados serão fictícios). Durante os 12 anos de mandato, ele esteve envolvido de alguma maneira no executivo. Sua participação mais efetiva foi na Secretaria da Educação onde passou por alguns cargos antes de ser contratado como diretor administrativo e financeiro. É filiado ao PT desde 1996, mas milita desde 1992. Tentou por três vezes ser vereador (2000, 2004 e 2012) e apenas nesta última tentativa obteve êxito. Sabia-se que pelo coeficiente partidário e o novo número de cadeiras na Câmara (de quinze para vinte e uma), o PT teria ao menos uma nova vaga. Renato não era um dos três nomes que o partido esperava que entrasse o que lhe impossibilitou apoio direto com materiais gráficos e demais matérias de campanha. Apesar dessa adversidade conquistou quase três vezes mais votos que o candidato preferido de alguns dirigentes petistas.

Assim como outros vereadores da Câmara, Renato já era envolvido na política municipal há algum tempo o que proporcionou uma aproximação aos munícipes durante a campanha. Mas isso não significou um *apoio* direto do Partido em sua candidatura. Portanto, o apoio de Marcelo, deputado estadual, foi fundamental para a vitória de campanha. Durante todo o ano de 2013, como forma de *agradecimento/de reciprocidade* Renato retribuiu da maneira que pôde.

O *acordo e o compromisso* de um com o outro foi mantido, na qual um visitou e participou da plenária do mandato do outro. Em uma das oportunidades em que Renato lhe fez uma visita à Assembleia Legislativa de São Paulo, solicitou emenda parlamentar para a cidade em questão. O vereador na qual acompanho as atividades destacou-me que sem o apoio de um deputado um vereador não consegue fazer aquilo que quer pela cidade, principalmente no que diz respeito a recursos, justamente por ser oposição e não ter suas demandas atendidas pelo executivo da cidade. Das verbas na qual obtive com este deputado e com outros que foi angariando apoio, era realizado uma ampla divulgação pelas redes sociais e imprensa sobre o recurso que o *vereador conseguiu trazer para cidade por meio do apoio do vereador X*. Um dos motivos para a divulgação é para que o dinheiro seja de fato usado pelo motivo solicitado, mas o objetivo central é demonstrar o recurso que Marcelo trouxe aos munícipes e assim buscar ampliar as bases eleitorais do deputado estadual.

Estava acertado o apoio político de Renato na campanha de Deputado Estadual de Marcelo, no entanto, este ano ele decidiu lançar-se a Deputado Federal complicando politicamente o vereador que já tinha *compromisso* com o Deputado Federal de sua cidade que viria buscar a reeleição. Foram alguns meses até que tudo fosse resolvido. O vereador não demorou muito até conseguir outro *apoio*. Na verdade já estava em vista Igor, um deputado estadual que também lhe enviou emenda. Mas por ele ter o compromisso de apoiar Marcelo, não podia se comprometer com Igor. Mas por conta da quebra do acordo do primeiro, abriu-se a possibilidade de apoio ao segundo.

Nas sessões realizadas dentro da Câmara percebemos essas palavras mesmas palavras sendo acionadas. O acordo em se votar favorável a homenagens, requerimentos e indicações é velado nem é necessário ser

verbalizado, sabe-se que está é uma forma de haver governabilidade em seu mandato. Pois votando favorável em um pedido de um *colega*, sabe-se da obrigação dele em retribuir. É de conhecimento de todos, inclusive dos novatos que ser um bom parlamentar necessariamente passa por ser bom em fazer *acordos* e manter *compromissos*, *de ser cordial*. Percebemos que há uma ética interna que organiza e estrutura os deveres e obrigações de cada vereador.

Para elucidar melhor as *cordialidades e apoios*, podemos descrever que costumeiramente mesmo contra seus antagonistas partidários e ideológicos, os parlamentares posicionam-se a favor de *seus pares*. Principalmente quando se trata de algum tipo de *calunia ou difamação* espalhada pela imprensa e que de alguma maneira prejudica a imagem da Câmara e dos vereadores de maneira geral.

Acordo, compromisso e reciprocidade são palavras que a primeira vista pode parecer estranha em um contexto político. Mas quando se observa de perto o cotidiano de um vereador em município interiorano percebemos suas redes e amarras com esferas políticas maiores.

Quero tratar neste trabalho essas três palavras (*compromisso, apoio e reciprocidade*) presentes no vocabulário nativo. Muitas vezes o trabalho parlamentar é visto pela opinião pública como desprovida de valores, moralidade e ética. Aqui não entrarei no mérito do *tipo de apoio, compromisso ou reciprocidade*, isto é, importa muito pouco se esses vocabulários evocam os mesmos valores pela qual a população se identifica. O que me interessa é perceber que existem esses valores dentro da lógica da política. E que se existem, eles devem ser levados a sério por qualquer cientista social.

Palavras Chave: Antropologia da política, atividade parlamentar, apoio, compromisso e reciprocidade

Referências

ABREU, Luiz Eduardo de Lacerda. 1999. *O labirinto do minotauro: política, troca e linguagem*. Tese de doutorado, PPGA/UnB.

BEZERRA, Marcos Otávio. 1999. *Em nome das “bases”. Política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

GOLDMAN Marcio. 2006. *Como funciona a democracia: Uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: Sete Letras.

HEREDIA, Beatriz. 2002. “Entre duas eleições: Relação político-eleitor”. In: Beatriz Heredia; Carla Teixeira; Irllys Barreira (Org.): *Como se fazem eleições no Brasil?*. 1ed. Rio de Janeiro, Relume Dumará. pp. 17-38.

KUSCHNIR, Karina. 2000a. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. 2000b. *Eleições e representação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NuAP.

PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio (org.). 1996. *Apresentação*. In: *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

PALMEIRA, Moacir. 1992. “Voto: racionalidade ou significado”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 7 (20).

PINTO, Danilo César Souza. 2013. *Homenagens do Legislativo: uma etnografia dos processos simbólicos do estado*. Tese de Doutorado, UFSCar-PPGAS.

VILLELA, Jorge. 2004. *O povo em armas: violência e política no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NuAP.

_____. 2008. *Política e eleições no sertão de Pernambuco. O povo em armas*. Campinas: Pontes Editores.

_____. 2009. “*Família Como Grupo? Política como agrupamento?*”.

Revista de Antropologia (USP. Impresso), v. 52, p. 201-246.